



São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.

Prezados senhores,

O Conselho de Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 22 de abril de 2013 ("Assembleia"), nos termos a seguir expostos:

I - TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2012, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos na Companhia e as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram aprovados pela Diretoria da Companhia e auditados pelos auditores da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.A. ("Auditor Independente"), e, juntamente com o Parecer do Auditor Independente, de acordo com o previsto no artigo 133, incisos I, II e III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

II - COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Encontra-se anexo à presente Proposta da Administração (Anexo I), o Relatório da Administração contendo os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, que correspondem ao item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e também encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

III - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2012 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia está em fase pré-operacional e não obteve lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, restando prejudicada a deliberação sobre destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.



IV – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é proposta em até R\$ 1.288.800,00 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais), dos quais R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) destinam-se aos honorários do Conselho de Administração e R\$ 1.228.800,00 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil e oitocentos reais) destinam-se à remuneração da Diretoria.

Cabe ressaltar que o montante de R\$ 1.228.800,00 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil e oitocentos reais) se constitui como uma estimativa do valor máximo que pode vir a ser pago à Diretoria da Companhia.

Em atendimento às disposições do artigo 12 da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 e que englobam o item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as informações relacionadas à remuneração da administração se encontram dispostas no Anexo IV da presente Proposta da Administração, bem como encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no seu website (www.ferreiragomesenergia.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

V – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia indica os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Ordinária de 2016:

José Luiz de Godoy Pereira
Paulo Roberto de Godoy Pereira
Enio Luigi Nucci
Aniello Puzzielo

Cordialmente,

José Luiz de Godoy Pereira
Presidente do Conselho de Administração



ANEXO I

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS MOLDES DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009

10.1. – Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia ainda está em fase pré-operacional e tem se capitalizado por meio de aporte de recursos realizado por seus acionistas, assim como por empréstimos, financiamentos e emissão de títulos representativos de dívida para obter os recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

A diretoria da Companhia entende que ela apresenta atualmente condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. A diretoria da Companhia acredita que possui um capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Não obstante, para implementação de seu plano de negócios e investimentos planejados, a diretoria da Companhia acredita que será necessário recorrer a recursos adicionais dos acionistas ou de terceiros. A diretoria da Companhia entende que, quando for necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, terá capacidade para contratá-los. Dentre as opções que poderão ser utilizadas pela Diretoria, estão contratos financeiros a serem celebrados junto a bancos comerciais, governamentais e/ou agências multilaterais, assim como a captação de recursos via mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários, tais como os representativos de dívida.

Até o presente momento, a diretoria da Companhia informa que todas as obrigações contratuais decorrentes do Contrato de Concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula do Contrato de Concessão.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2010 não havia endividamento bancário, enquanto que em 31 de dezembro de 2011 a relação entre dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 1,88 e em 31 de dezembro de 2012 era de 3,23.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente a captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de debêntures. Maiores detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidas no item 10.1.f deste Formulário de Referência.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe intenção para realização de tal evento.

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que a Companhia possui liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir as despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa prever que tal situação permanecerá igual. Com relação ao pagamento de dívidas relacionadas à implementação do plano de negócios da Companhia e a investimentos planejados, a Diretoria entende que poderá ser necessário recorrer a recursos adicionais de acionistas ou terceiros, na forma do item 10.1 (a) acima.

A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser compensados pelas receitas de operações futuras.



d) fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia estavam dispostas da seguinte forma em 31 de dezembro de 2011 e de 2012:

	31/12/2011	31/12/2012
CAPITAL PRÓPRIO	33%	22,73%
CAPITAL DE TERCEIROS	67%	77,26%

As principais fontes de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Ferreira Gomes Energia são: CCBs, Debêntures, Financiamentos do BNDES e recursos dos acionistas.

Os produtos dos financiamentos concedidos à Companhia têm sido usados para financiar a implantação do empreendimento.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente, a Companhia acredita contar com recursos suficientes, em caixa, para honrar seus compromissos de curto prazo, mas poderá ser necessário recorrer a recursos adicionais de seus acionistas ou de instituições financeiras.

Para os investimentos em ativos não circulantes, além dos futuros aportes de capital e financiamentos que estão planejados, a Ferreira Gomes poderá vir a emitir debêntures nos termos da aprovação do Ministério de Minas e Energia (Portaria nº 559, de 3 de outubro de 2012), que enquadrou o projeto de emissão das debêntures como prioritário, para fins do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Os prazos dos financiamentos, empréstimos ou títulos que vierem a ser emitidos não de ser compatíveis com o cronograma de construção dos projetos de geração de energia da Ferreira Gomes, da mesma forma que o custo tem que ser adequado ao fluxo de caixa do projeto.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A dívida financeira da Companhia foi contraída integralmente durante os exercícios de 2011 e 2012, sendo assim, não há saldo comparativo com o exercício de 2010. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados pela Companhia e estão assim distribuídos:

	(% a.a) Taxa efetiva	31/12/2012			31/12/2011		
		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante							
Banco Sumitomo	118 % CDI	29.400	366	29.766	29.400	270	29.670
Banco Santander	CDI + 1,40%	-	-	-	40.000	100	40.100
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	TJLP + 2,40%	110.680	1.554	112.234	-	-	-
1º emissão de Debêntures	115 % CDI	150.000	16.482	166.482	-	-	-
(-) Custo de captação - a amortizar		(1.005)	-	(1.005)	(512)	-	(512)
Total		289.075	18.402	307.477	68.888	370	69.258
Moeda nacional - não circulante							
1º emissão de Debêntures	115 % CDI	-	-	-	150.000	1.785	151.785
2º emissão de Debêntures	IPCA + 5,95%	200.000	13.538	213.538	-	-	-
(-) Custo de captação - a amortizar		(848)	-	(848)	(486)	-	(486)
Total		199.152	13.538	212.690	149.514	1.785	151.299

Contratos relacionados ao endividamento da Companhia:

Banco Sumitomo: empréstimo captado em dia 15 de julho de 2011, com encargo equivalente a 115,50% do CDI, com vencimento no dia 3 de fevereiro de 2012. Subsequentemente, a Companhia realizou aditivos a esse contrato, prorrogando a sua data de vencimento para 1º de fevereiro de 2013 e alterando a taxa de juros para 118% do CDI.

Banco Santander: empréstimo captado em dezembro de 2011, com encargo equivalente a 100 % do CDI + spread de 1,45% ao ano, com vencimentos nos dias 29 de março de 2012 e 2 de abril de 2012. Subsequentemente, a Companhia realizou aditivos para prorrogar a data de vencimento do Contrato para 6 de agosto de 2012. O empréstimo foi devidamente pago pela Companhia.

1ª Emissão de Debêntures: Em novembro de 2011 foi efetuada a emissão de R\$150 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações da Companhia com valor nominal unitário de R\$1 milhão no mercado local, com juros remuneratórios equivalentes a 115% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, e com vencimento em 28 de maio de 2013.

2ª Emissão de Debêntures: Em junho de 2012 foi efetuada a emissão de R\$200 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações da Companhia com valor nominal unitário de R\$10 mil no mercado local, atualizado pelo IPCA e com

juros remuneratórios equivalentes a 5,95% ao ano, e com vencimento em 30 de maio de 2014. A escritura de debêntures dessa segunda emissão foi alterada em 6 de novembro de 2012, por meio de assembleia geral de debenturistas, para realizar ajuste em um dos *covenants* referente à relação entre a distribuição de dividendos e o lucro líquido da Companhia.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

Curto Prazo: a Companhia celebrou Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 12.2.0908.1 com o BNDES em 26 de setembro de 2012 ("Contrato BNDES nº 12.2.0908.1"), no valor total de R\$ 121.724.000,00, corrigidos à taxa de juros de longo prazo – TJLP + 2,4% ao ano e com vencimento em 15 de abril de 2013.

Longo Prazo: a Companhia celebrou Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 12.2.1390.1 com o BNDES em 28 de dezembro de 2012 ("Contrato BNDES nº 12.2.1390.1"), no valor total de R\$ 470.610.000,00, com encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C); 2,50% ao ano + TJLP (referente ao subcrédito D); TJLP (referente ao subcrédito E), com vencimentos em 15 de abril de 2031 (referente aos subcréditos A, B, C e E) e em 15 de dezembro de 2022 para o subcrédito D. Até a presente data, os recursos do Contrato BNDES nº 12.2.1390.1 ainda não foram disponibilizados à Companhia, pois o contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios e administração de contas que servirá de garantia à operação está em fase final de negociação.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas existentes. De forma geral, as dívidas da Companhia são garantidas por aval ou fiança de sua controladora, a Alupar Investimento S.A., com exceção das dívidas contraídas com o BNDES, uma vez que o financiamento de curto prazo está garantido por carta de fiança emitida pelo Itaú BBA S.A. e o financiamento de longo prazo será garantido por um conjunto de garantias reais.

iv. eventuais restrições impostas ao Emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de



dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em relação à 1ª e à 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, as escrituras de emissão impuseram as restrições previstas nas respectivas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, além de algumas obrigações, tais como não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas.

No Contrato de Abertura de Linha de Crédito para Celebração de Operações de Mútuo nº R03/11/MA ("Contrato R03/11/MA"), celebrado com o Banco Sumitomo, há restrições impostas à Companhia em relação a alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia, sendo hipótese de vencimento antecipado transferências, incorporações, cisões, fusões relacionadas ao controle acionário do Emissor caso o Banco Sumitomo não manifeste formalmente a decisão de manter o Contrato R03/11/MA vigente. O Contrato R03/11/MA contém ainda previsão de vencimento antecipado, a critério do Banco Sumitomo, caso a Companhia tenha títulos protestados cujo valor individual seja superior a R\$1 milhão ou o valor agregado seja superior a R\$2 milhões

No Contrato BNDES nº 12.2.0908.1 há restrições impostas à Companhia com relação a redução do quadro de pessoal e a inclusão de dispositivo no estatuto social da companhia pelo qual seja exigido quorum especial para aprovação ou deliberação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia por seus controladores. Ainda, a Companhia está obrigada a observar as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES (Resolução 665/87) e as Normas e Instruções de Acompanhamento (Resolução 660/87), que podem ser encontradas no *website* do BNDES, e deve obedecer às restrições nelas contidas, conforme aplicável.

O Contrato BNDES nº 12.2.1390.1 impõe à Companhia restrições semelhantes às impostas pelo Contrato BNDES nº 12.2.0908.1.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

31/12/2012

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	AV	31/12/2011	AV	AH	31/12/2010	AV	AH
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5	86	0,01%	541	0,15%	-84,10%	352	2,39%	53,69%
Investimento de curto prazo	5	28.731	3,87%	52.402	14,93%	-45,17%	0	0,00%	
Adiantamento a fornecedores			0,00%	-	0,00%		41	0,28%	-100,00%
Despesas pagas antecipadamente		100	0,01%	55	0,02%	81,82%	2	0,01%	2650,00%
Tributos e contribuições a compensar	6	864	0,12%	302	0,09%	186,09%		0,00%	
		29781	4,01%	53300	15,18%	-44,13%	395	2,68%	13393,67%
Não circulante									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	461	0,06%	222	0,06%	107,66%	20	0,14%	1010,00%
Imobilizado	8	703.807	94,72%	289.809	82,56%	142,85%	14.190	96,26%	1942,35%
Intangível	9	8.979	1,21%	7.712	2,20%	16,43%	137	0,93%	5529,20%
		713.247	95,99%	297.743	84,82%	139,55%	14.347	97,32%	1975,30%
Total do ativo		743.028	100,00%	351.043	100,00%	111,66%	14.742	100,00%	2281,24%
Passivo									
Circulante									
Fornecedores		11.856	1,60%	3.304	0,94%	258,84%	552	3,74%	498,55%
Salários e férias a pagar		1.153	0,16%	944	0,27%	22,14%	382	2,59%	147,12%
Tributos e contribuições sociais a recolher	6	3.047	0,41%	1.308	0,37%	132,95%	540	3,66%	142,22%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	307.477	41,38%	69.258	19,73%	343,96%	0	0,00%	
Provisão para gastos ambientais	12	22.222	2,99%	-	0,00%		-	0,00%	
Credores diversos		0	0,00%	5	0,00%	-100,00%	9	0,06%	-44,44%
		345.755	46,53%	74.819	21,31%	362,12%	1.483	10,06%	4945,11%
Não circulante									
Debêntures	11	212.690	28,62%	151.299	43,10%	40,58%	-	0,00%	
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1	16.000	2,15%	0	0,00%		13.320	90,35%	-100,00%
Provisões para litígios	16	439	0,06%	-	0,00%		-	0,00%	
Provisão para gastos ambientais	12	4.245	0,57%	-	0,00%		-	0,00%	
Uso do bem público	9	8.498	1,14%	7.370	2,10%	15,31%	-	0,00%	
Credores Diversos	10.1	3.379	0,45%	-	0,00%		-	0,00%	
		245.251	33,01%	158.669	45,20%	55,88%	13.320	90,35%	
Patrimônio líquido									
Capital social	13	153.081	20,60%	118.081	33,64%	29,64%	1	0,01%	1180800,00%
Prejuízos acumulados		-1.059	-0,14%	-526	-0,15%	101,33%	-62	-0,42%	748,39%
		152.022	20,46%	117.555	33,49%	29,32%	-61	-0,41%	-192813,11%
Total do passivo e do patrimônio líquido		743.028	100%	351.043	100%	111,66%	14.742	100%	2281,24%

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

O saldo das contas de Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era no montante de R\$ 28.817 mil e R\$ 52.943 mil, respectivamente. Essa redução ocorreu em função do cronograma atual da construção da UHE exigir a utilização dos recursos que estavam disponíveis.

Impostos a recuperar

O saldo da conta Impostos a recuperar sofreu aumento significativo em 2012 em relação ao ano de 2011. Esta variação se refere principalmente pela constituição de Imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras. Embora o saldo final de aplicações financeiras no final de 2012 seja menor que em 2011, o volume de resgates efetuados no decorrer do ano foram significativos.

Não circulante

Impostos diferidos

O saldo da conta Impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 461 mil e R\$ 222 mil, respectivamente.

A Companhia, amparada pela legislação vigente e com base no prejuízo fiscal, constituiu em 2012 ativo fiscal diferido no montante de R\$ 461 mil.

Imobilizado

O saldo da conta Imobilizado em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 703.807 e R\$ 289.809 mil, respectivamente. O aumento de 142,85% é decorrente do maior volume de investimentos realizados no ano de 2011 para construção da UHE Ferreira Gomes, conforme previsto no cronograma das obras.

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo da conta Fornecedores em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era no montante de R\$ 11.856 mil e R\$ 3.304 mil, respectivamente. O aumento de 258,84% é decorrente do aumento de aquisições e contratações no decorrer de 2012 para implantação e construção da UHE Ferreira Gomes.

Salários e obrigações

O saldo da conta Salários e obrigações em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era no montante de R\$ 1.153 mil e R\$ 944 mil, respectivamente. Esta rubrica é composta por salários, férias e gratificações. O aumento de 22,14% se deu devido ao aumento do número de contratações de colaboradores em 2012.

Tributos e contribuições a recolher

O saldo da conta Tributos e contribuições a recolher em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era no montante de R\$ 3.047 mil e R\$ 1.308 mil, respectivamente. Esta rubrica é composta por encargos incidente sobre retenções de fornecedores, folha, férias e gratificações. O aumento de 132,95% deu-se devido ao número de atividades/aquisições realizadas em 2011 para construção da UHE Ferreira Gomes ocasionando assim retenções na fonte e antecipações de impostos para posterior compensação de tributos e contribuições.

Empréstimos e financiamentos a curto e longo prazo

O saldo das contas empréstimos e financiamento a curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era no montante de R\$ 520.167 mil e R\$ 220.557 mil, respectivamente.

O aumento de 135,84% é decorrente das novas captações realizadas tendo em vista os investimentos de curto prazo durante o ano de 2012, para a construção e implantação da UHE Ferreira Gomes. Os empréstimos e financiamentos foram segregados entre o curto e longo prazo de acordo com os seus vencimentos (vide item f acima).

Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 152.022 mil e R\$ 117.555 mil, respectivamente. Esta variação se deu em função dos aportes de capital efetuados pela controladora Alupar Investimento S.A. Os aportes efetuados no exercício de 2012 e 2011 foram no montante de R\$ 35.000 mil e R\$ 104.760 mil, respectivamente.

Demonstração do Resultado do exercício

Demonstrações do Resultado dos Exercícios
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	AV	31/12/2011	AV	AH	31/12/2010	AV	AH
Despesas operacionais									
Pessoal		-		(22)	3,30%	-100,00%	(2)	2,44%	1000,00%
Material	(9)	1,17%		(2)	0,30%	350,00%	(7)	8,54%	-71,43%
Serviços de terceiros	(642)	83,16%		(443)	66,52%	44,92%	(57)	69,51%	677,19%
Depreciação e amortização	(119)	15,41%		(107)	16,07%	11,21%	(8)	9,76%	1237,50%
Outras despesas operacionais		-		-			(7)	8,54%	-100,00%
		<u>(770)</u>		<u>(574)</u>			<u>(81)</u>		
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(770)</u>	<u>99,74%</u>	<u>(574)</u>	<u>86,19%</u>	<u>34,15%</u>	<u>(81)</u>	<u>98,78%</u>	<u>608,64%</u>
Resultado financeiro									
Despesas financeiras	(2)	0,26%		(92)	13,81%	-97,83%	(1)	1,22%	9100,00%
	(2)	0		(92)	0		(1)	0	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(772)</u>	<u>100%</u>	<u>(666)</u>	<u>100%</u>	<u>16%</u>	<u>(82)</u>	<u>100%</u>	<u>712,20%</u>
Imposto de renda diferido		169	-21,89%	142	-21,32%	19,01%	12	-14,63%	1083,33%
Contribuição social diferido		70	-9,07%	60	-9,01%	16,67%	8	-9,76%	650,00%
		<u>239</u>	<u>-30,96%</u>	<u>202</u>	<u>-30,33%</u>	<u>18,32%</u>	<u>20</u>	<u>-24,39%</u>	<u>910,00%</u>
Prejuízo do exercício		<u>(533)</u>		<u>(464)</u>		<u>14,87%</u>	<u>(62)</u>		<u>648,39%</u>

O saldo de algumas contas não foram comentadas por se tratarem de um volume insignificante frente às movimentações da Companhia. As principais alterações ocorreram nos saldos das contas:

Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros em 2012 e 2011 foram de R\$ 642 mil e R\$ 443 mil, respectivamente. O aumento de 44,92% é devido ao aumento de contratações no decorrer de 2012 para implantação e construção da UHE Ferreira Gomes.

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(533)	(464)
Itens que não afetam caixa e equivalentes		
Depreciação e amortização	119	107
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(239)	(202)
	<u>(653)</u>	<u>(559)</u>
(Aumento) redução no ativo		
Adiantamentos a fornecedores	-	41
Despesas pagas antecipadamente	-	(53)
	<u>-</u>	<u>(12)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Outros passivos circulantes	-	(4)
	<u>-</u>	<u>(4)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(653)</u>	<u>(575)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de investimentos de curto prazo	203.200	-
Aplicações em investimentos de curto prazo	(178.000)	(52.402)
Aplicações no imobilizado	(338.483)	(266.154)
Aplicações no intangível	(1.267)	(205)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(314.550)</u>	<u>(318.761)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	35.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.000	104.760
Empréstimos tomados	378.532	261.362
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(114.784)	(46.597)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>314.748</u>	<u>319.525</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(455)</u>	<u>189</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	541	352
Saldo no final do exercício	<u>86</u>	<u>541</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(455)</u>	<u>189</u>

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O aumento do caixa líquido proveniente das atividades de financiamento é decorrente, principalmente, das captações de recursos de terceiros realizadas para capital de giro e devido aos aportes de capital adiantados pela Controladora Alupar e que foram integralizadas ao capital social, durante o ano de 2012.

10.2: Os diretores devem comentar sobre:

a) resultados das operações do Emissor, em especial a descrição de quaisquer componentes importantes da receita, bem como quaisquer fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia foi constituída em 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica no Rio Araguari, Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá. Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora até 30/12/2014, a 2ª unidade geradora até 28/02/2015, e a 3ª unidade geradora até 30/04/2015. Diante deste fato, a Companhia não gerou resultado proveniente das suas operações.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de cambio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável à categoria B.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Emissor

Não aplicável à categoria B.

10.3. – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do Emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional após a constituição da Emissora, em 10 de agosto de 2010.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2011 as demonstrações contábeis da Companhia não tiveram efeitos significativos em função das alterações nas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nós, os diretores, informamos que o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 assim como ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 apresentam uma ênfase que descreve que a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

10.5. – Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui políticas de procedimentos e normas de controles internos formalmente estabelecidos, de forma a garantir que todo o processo de informações e transações que envolvam contratações ou movimentações financeiras sejam devidamente registrados e suportados por documentações hábeis aprovadas em conjunto por dois membros de seu corpo diretivo.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Até o presente momento não detectamos deficiências significativas nos controles internos já estabelecidos para regimento das operações da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia, que pudessem ser consideradas significativas e ou com impactos sobre as demonstrações contábeis.

10.7 – Caso o Emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial. A Companhia possui, na qualidade de consumidora, contratos de compra e venda de produtos e serviços firmados que são registrados à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são realizados. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do Emissor

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do Emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.10 – s diretores devem indicar e comentar os principais elementos do Plano de Negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes pontos:

a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de

financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos



A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes ("UHE Ferreira Gomes" ou "Projeto"), cuja concessão foi ganha pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em Julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de Novembro de 2010, com a Ferreira Gomes recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

A UHE Ferreira Gomes possuirá capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 150,2 MW e estará localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. Para a implantação do Projeto, serão realizados investimentos de R\$ 1,1 bilhões.

Cumprindo com a sistemática do Leilão, a Alupar obteve a concessão da UHE Ferreira Gomes oferecendo um preço de energia de R\$ 69,78 / MWh (base: ago/10) no Ambiente de Comercialização Regulado - ACR, o que representou um deságio de 15,93% em relação ao preço máximo de R\$ 83 / MWh estabelecido para o Leilão.

A Ferreira Gomes Energia irá celebrar contratos de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do Leilão, com início de fornecimento em 1º de



janeiro de 2015 e 30 anos de duração. Os contratos foram assinados em 17 de maio de 2011 e 26 de abril de 2011.

A implantação da UHE Ferreira Gomes será conduzida a partir de uma Estrutura de Contratação Direta pela SPE que fará o gerenciamento de riscos do Projeto.

A Licença Prévia Ambiental do Projeto foi emitida pela SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá – e pelo IMAP – Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial - em 9 de Abril de 2010.

No dia 28/09/2010 foi emitida a Licença de Instalação destinada a implantação física do canteiro de obras e utilização das áreas de empréstimo. No dia 15/12/2010 foi emitida nova Licença de Instalação referente à atividade de implantação da ensecadeira de 1ª fase. Posteriormente, no dia 10/06/2011, o IMAP e a Sema emitiram a Licença de Instalação nº 056/2011 para a implantação da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes. A Licença de Instalação Total nº 487/2012 tem validade até 09/08/2015.

Entre as possíveis fontes de financiamento dos investimentos que serão realizados pelo Emissor para a implementação de seu plano de negócios, estão contratos financeiros que poderão ser celebrados junto a bancos comerciais, governamentais e/ou agências multilaterais, assim como a captação de recursos via mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários, tais como os representativos de dívida.

b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Emissor

Até o momento a Ferreira Gomes Energia S.A. assinou seus principais contratos de aquisição de equipamentos e prestação de serviços, dentre eles, Voith, Denge, Bauma, Delp, ABB, e Alusa, compreendendo a aquisição de turbinas, geradores, comportas, pórticos, subestações e grande parte dos serviços relacionados às obras civis.

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo Emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo Emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.



10.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens dessa sessão

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas ao longo do item 10.

ANEXO II

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
ITEM 13.2 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/2009
(item obrigatório às companhias classificadas na categoria B)

13.2. Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009/2010 e a prevista para o exercício social corrente para o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	2
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore	-	244.106,52
Benefício direto e indireto	-	6.167,61
d. Remuneração variável		
Bônus	-	15.672,51
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
e. Outros benefícios/remunerações	-	-
Pós-emprego	-	-
Cessaçã do cargo	-	-
Baseada em ações	-	-
Total geral	-	265.946,64

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	4	2
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore	468.162,43	957.796,60
Benefício direto e indireto	3.709,80	95.714,72
d. Remuneração variável		
Bônus	-	177.412,90
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
e. Outros benefícios/remunerações	-	-
Pós-emprego	-	-
Cessaçã o do cargo	-	-
Baseada em ações	-	-
Total geral	471.872,23	1.230.924,22

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2012 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	4	3
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore	49.771,01	759.265,04
Benefício direto e indireto	12.654,48	67.348,64
d. Remuneração variável		
Bônus	-	111.870,00
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	-
Cessaçã do cargo	-	-
Baseada em ações	-	-
Total geral	62.425,49	938.483,68

Remuneração prevista para o exercício de 2013 (R\$ mil)

f. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
g. Nº de membros	4	3
h. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore	60.000,00	960.000,00
Benefício direto e indireto		
i. Remuneração variável		
Bônus		268.800,00
Participação de		

resultados		
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros		
j. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		
Cessação do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	60.000,00	1.228.800,00

ANEXO III
ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA

Atendimento ao artigo 10 da ICVM 481//2009

Dados dos candidatos a membros do Conselho de Administração da
Companhia

12.6 / 8 – Composição e experiência profissional da administração e do
conselho fiscal

Nome	Idade	Órgão administrador	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Enio Luigi Nucci	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	AGO de 2013, prevista para 22/04/2013	Até AGO de 2016
016.755.578-29	Engenheiro	Conselheiro	AGO de 2013, prevista para 22/04/2013	
Não se aplica				
Marcelo Patrício Fernandes Costa	39	Pertence apenas à Diretoria	RCA imediatamente posterior à AGO de 2013	Até a RCA imediatamente posterior à AGO de 2016
719.034.614-72	Administrador de empresas	Diretor de Relações com Investidores	RCA imediatamente posterior à AGO de 2013	
Não se aplica				
José Luiz de Godoy Pereira	47	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração		
086.823.468-00	Engenheiro	Dir. Adm. Financeiro	RCA imediatamente posterior à AGO de 2013	RCA imediatamente posterior à AGO de 2016
			AGO de 2013,	

Nome	Idade	Órgão administrador	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
		Conselho de Administração	prevista para 22/04/2013	AGO de 2016
Paulo Roberto de Godoy Pereira	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	AGO de 2013, prevista para 22/04/2013	Até AGO de 2016
682.734.958-68	Administrador de Empresas	Conselheiro	AGO de 2013, prevista para 22/04/2013	
Não se aplica.				
Aniello Puzzielo	73	Pertence apenas ao Conselho de Administração	AGO de 2013, prevista para 22/04/2013	Até AGO de 2016
186.164.458-20	Engenheiro civil	Conselheiro	AGO de 2013, prevista para 22/04/2013	
Não se aplica.				
Carlos Manuel da Silva Graça	60	Pertence apenas à Diretoria	RCA imediatamente posterior à AGO de 2013	Até a RCA imediatamente posterior à AGO de 2016
430.095.497-68	engenheiro	Diretor de Implantação	RCA imediatamente posterior à AGO de 2013	
Não se aplica				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Enio Luigi Nucci – 016.755.578-29

Formado pela Universidade de Mogi das Cruzes. Possui mais de vinte e cinco anos de experiência no setor de infraestrutura e energia, tendo atuado na Alusa, Schahin Engenharia, Eletromontagens Engenharia e Cia.Técnica, extinta e sucedida por incorporação pela Guarupart, em 31 de dezembro de 2008. Experiência Profissional: Alupar Investimento S.A – desde 2006 – atuando como Diretor Comercial e Diretor Técnico. Companhia Técnica de Engenharia Elétrica (Alusa) - de 2000 a 2006 atuando como Diretor Comercial. Eletromontagens Engenharia Ltda. – de 1991 a 2000 - Diretor Comercial e Planejamento e Gerente de Planejamento:

Instalação retificadora e montagem de filtros de quinto e sétimo harmônicos; Montagem eletromecânica e instalações para iluminação e alimentação em 34,5 e 15 kV do Complexo Viário Ayrton Senna - túnel sob o Parque Ibirapuera - SP (pista centro-bairro); Construção e montagem c/fornecimento de materiais e equipamentos para a ampliação das SE's, na região Sul e de Florianópolis; Serviços de apoio às obras de transmissão da CESP, em vários locais do Estado de São Paulo.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Patrício Fernandes Costa – 719.034.614-72

Brasileiro, nascido em 05 de dezembro de 1973. Administrador formado pela Universidade de Pernambuco (UPE/FCAP), com especialização em Finanças pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Experiência em projeções financeiras, modelagem financeira e em gerenciamento de passivos; habilidades analíticas (experiência em risco de crédito & rating e em *Project Finance*); Conhecimento de diversas indústrias (setor elétrico, portos, rodovias, açúcar & álcool, papel & celulose, cimento, processadores da carne, óleo & gás), incluindo Infraestrutura, negócios regulados e *Structured Finance*. Atuou como:(i) Auditor assistente na DIRECTIVOS S/C AUDITORES INDEPENDENTES (Recife/PE) – outubro de 1994 a dezembro de 1995; (ii) Analista de Controles da “Hipercard Administradora de Cartão de Crédito Ltda” no GRUPO de BOMPREGO (Recife/PE) - dezembro de 1995 a maio de 1996; (iii) Analista de crédito para clientes *Corporate* e *Middle Market* no BANKBOSTON (Recife/PE) - junho de 1996 a junho de 1999; (iv) Analista de crédito regional no BANCO BANDEIRANTES/CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (Recife/PE) - junho de 1999 a junho de 2000; (v) Analista de crédito sênior no BANKBOSTON (São Paulo/SP) – julho de 2000 a julho de 2002; e (vi) Diretor (ingresso na S&P como *Associate*) na divisão de *ratings* para o setor de Infraestrutura no STANDARD & POOR'S (S&P; São Paulo/SP).

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Luiz de Godoy Pereira – 086.823.468-00

Brasileiro, nascido em 01 de junho de 1965, engenheiro civil formado pela Universidade Mackenzie em dezembro de 1989. Possui mais de 17 anos de experiência no setor de construção, infraestrutura e energia. Atuou na área de engenharia da Cia. Técnica, extinta e sucedida por incorporação pela Guarupart, em 31 de dezembro de 2008, incluindo áreas de prestação de serviços de engenharia e TV a cabo. Ocupa o cargo de nosso diretor administrativo financeiro desde 11 de julho de 2007, tendo também ocupado o cargo de diretor de relações com investidores entre 25 de setembro de 2007 e 07 de novembro de 2011.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto de Godoy Pereira – 682.734.958-68

Brasileiro, nascido em 10 de julho de 1954, administrador de empresas formado em administração de empresas pela Universidade Mackenzie. Desde 2006 é Presidente da Companhia. Atuou como conselheiro suplente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES de fevereiro de 2003 a junho de 2004 e, desde então, tornou-se conselheiro titular. Além disso, atualmente é presidente da ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Carlos Manuel da Silva Graça – 430.095.497-68

Engenheiro Eletricista formado pelo Instituto Tecnológico de Luanda (Angola) - 1.975

TRAJETÓRIA PROFISISONAL:

De: 2011 - 2012 - Alusa Engenharia Ltda.

Cargo: Diretor de Implantação UHE Ferreira Gomes

- Abril/2011 a Jan 2012 – UHE Ferreira Gomes – Implantação de obras civis concreto da UHE com capacidade 252,0 MW.

De: 2010 - 2011 - Cavan Rocbra

Cargo: Diretor Industrial

- Fev/2010 – Jan 2011 – Desenvolvimento de protótipo de dormentes para Vale, projeto e implantação de fabrica com capacidade de produção de 1360 dormentes/dia em Bacabeira/ MA.

De: 2009 - Atual - Alusa Engenharia Ltda.

Cargo: Diretor Operacional de PCH´s

- Jan/2009 a Atual – PCH Queluz e PCH Lavrinhas – Implantação e Construção de 2 PCHs ,com capacidade 30 MW,cada uma, incluindo obras civis terraplanagem com diques de proteção de ferrovia e construção de 20 tuneis sob ferrovia e rodovia pelo processo não destrutivo.

De: 2007 - 2008 - Cavan Pré-Moldado S.A.

Cargo: Diretor Industrial

- Set/2007 a Out/2008 – Produção de 62.000 Dormentes de Concreto Protendido Bitóla Metrica na Fábrica de Belém/PA e Planejameto e Realização da Logistica de Transporte Rodoviário e Fluvial para o Projeto Jurutí – Cliente: Ommina Minérios Ltda - ALCOA

De: 2001 - 2007 - Companhia Técnica de Engenharia Elétrica e Alusa Engenharia Ltda.

Cargo: Diretor Operacional

- Jun/2005 a Dez/2008 - LT 230 kV Mascarenhas - Verona – com extensão aproximada de 107 km, com origem na subestação de Mascarenhas 230 kV,pertencente á CESA Castelo Energética S.A. interligará a nova Subestação

Verona 230/138kV.O empreendimento compreende ainda a construção de um bay de saída em 230 kV e interligação de barras,na SE Mascarenhas e a construção da nova SE Verona 230/138 kV.; todas localizadas no Estado de Espírito Santo – Cliente: ETES Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A

- Jun/2005 a Abr/2007 - LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora – Circuito Simples com extensão 143,62km com origem na Subestação de Itutinga e término na Subestação de Juiz de Fora, Ampliação das Subestações de Itutinga Tensão Nominal de 345kV e da Subestação de Juiz de Fora 1 Tensão Nominal de 345kV – Cliente: Transudeste

- Maio/2005 a Jun/2007 - LT 230 kV Irapé – Araçuaí – Circuito Simples com extensão aproximada de 65km com origem na Subestação de Irapé e término na Subestação de Araçuaí, Ampliação das Subestações de Irapé 345 / 230 kV e de Araçuaí 2 - 230kV – Cliente: Transirapé

- Fev/2004 a Out/2006 - LT 345 kV Montes Claros 2 – Irapé – Circuito Simples com extensão 138,48km com origem na Subestação de Montes Claros e término na nova Subestação Seccionadora de Irapé 345kV, Ampliação da Subestação Montes Claros 2 Tensão Nominal de 345kV e Construção da Subestação de Irapé Tensão Nominal de 345kV – Cliente: Transleste

- Mar/2004 a Jun/2004 - LT 440 kV Circuito Duplo Jupia – Baurú reconstrução de 13.500metros de Linha de Transmissão em decorrência da queda de 30 Estruturas entre as Torres 16 e 45 na Cidade de Castilho/SP – Cliente: CTEEP

- Abr/2003 a Dez/2003 – LT 500 kV Colinas – Araguaína - Construção de um Trecho da Linha de Transmissão, da Subestação de Colinas (Pórtico) até a Torre 492. (aproximadamente 98 km) – Cliente: Enelpower

- Jun/2002 a Jun/2003 - LT 500kV Interligação Norte Sul - Serra da Mesa / Samambaia Construção da Linha de Transmissão de 500kV entre as Subestações de Imperatriz, Colinas, Miracema, Gurupi, Serra da Mesa e Samambaia – Cliente: Enelpower

- Nov/2001 a Maio/2003 - LT 230 kV Coxipó – Jaurú c/ 360km extensão no estado do Mato Grosso – Cliente: Eletronorte

Aniello Puzzielo – 186.164.458-20

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

Engenheiro Civil – Estruturas – Ano de formatura: 1968

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – USP

Curso de matemática

Curso de Gerenciamento por Objetivo

Local: Canteiro da Usina Nuclear de Angra

Curso Kepler Tregoe – Análise de Problemas e tomada de decisão em Nível Executivo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1969 – 1972 CESP – Centrais Elétricas de São Paulo S.A

Chefe da Secretaria de Obras da Administração do Núcleo Residencial de Ilha Solteira, durante sua implantação.

Engenheiro do setor de concreto – Fiscalização I – Obras da Hidroelétrica de Ilha Solteira, atuando nas seguintes áreas: lançamento de concreto, protensão, pátio de pré-moldados, pátio de dobramento de ferro, fundação das torres das linhas de transmissão no Rio Paraná com lançamento sob água, injeção das fundações e juntas de concretagem.

1972 – 1976 Furnas Centrais Elétricas S.A



Chefe da Divisão de Garantia de Qualidade da Usina Nuclear Almirante Álvaro Alberto (Angra dos Reis)

Responsável pela implantação no Canteiro de Obras da Usina Nuclear do conceito de Garantia de Qualidade exigido para licenciamento da Usina pela Comissão Nacional de Energia Nuclear nos moldes empregados na construção de Usinas Nucleares nos Estados Unidos.

1976 – 1979: Engenheiro do Departamento de Engenharia da Camargo Corrêa, na Divisão de Técnicas Executivas.

Trabalho na área de Engenharia da Empresa, nas seguintes obras:

Barragem de Tucuruí

Barragem de Água Vermelha

Barragem de Salto Santiago

Metrô de São Paulo

1979 – 1980: AÇOMINAS Superintendência de construção civil no gerenciamento da construção pelo Consorcio Hidroservice Geotécnica

1980 – 1981: Chefe da Divisão Técnica na Construção da Barragem Três Irmãos, no Rio Tietê, na Construtora Andrade Gutierrez.

1981 – 1989: Gerente Geral do Empreendimento da Angra II e III na NUCON – NUCLEBRÁS CONSTRUTORA DE CENTRAIS NUCLEARES S.A.

1989: Diretor Superintendente da NUCLEI – Nuclebrás Enriquecimento Isotópico S.A.

Diretor Técnico da INB – Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (acumulado)

1990/91: Diretor de Produção e Comercialização de Energia Elétrica – FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

1992/96: Diretor de Planejamento, Engenharia, Construção – FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

1996: Diretor da CHTN – Engenharia S/C. Ltda. – Empresa dedicada ao Planejamento e Construção de Usinas Térmicas, Nucleares e Hidroelétricas.

Assessoria na área de risco de construção e operação, para a AON, na área de hidroelétricas e térmicas.

Assumiu em 1998 a Diretoria Técnica e de Comercialização de Energia, da NUCCOM empresa especializada em construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas.

1998- 2008 Diretor da Nuccom Núcleo de Construção e Montagem Ltda.

Especializada na construção de PCH tendo já construído para a Camargo Correa a Usina Santana três de 4MW no Mato Grosso, em construção a Usina 14 de Julho 100MW Rio Grande do Sul e a Usina Areia Branca 18MW, em Minas Gerais.

Alem de serviços nos reservatórios das Usinas de Serra da Mesa 1200MW, Capim Branco 400MW, Barra Grande 690MW, Campos Novos 1000MW.

2008-2010 Diretor Operacional da ALUSA ENGENHARIA responsável pela construção de Usinas Hidroelétricas de S. José no rio Jacui RS com potencia de 51 MW e Foz do Rio Claro no Estado de Goiás com potencia de 78 MW

2010 – Conselheiro da Ferreira Gomes Energia na construção da UHE Ferreira Gomes localizada no rio Araguari, com potencia de 252MW no Município de Ferreira Gomes no Amapá.